



## Senadores querem investigação para desastre de Brumadinho

Na terça-feira, requerimento de CPI para investigar o desastre na cidade mineira deve ser lido em Plenário. A expectativa é que a comissão seja instalada ainda este mês

Ricardo Stuckert/Fotos Públicas



Ruptura da barragem em janeiro atingiu instalações da Vale e propriedades particulares no município mineiro, deixando, até ontem, 157 mortos e 182 desaparecidos

Foi protocolado ontem um requerimento para criação de CPI para investigar o rompimento da barragem de Brumadinho. O documento deve ser lido na terça-feira e a comissão, instalada ainda este mês.

Também foi protocolado ontem pedido de desarquivamento de projeto que endurece as regras para segurança de barragens. O texto foi elaborado por comissão que analisou o assunto em 2016.

A tragédia também dominou os discursos na primeira sessão ordinária do ano. Em Plenário, senadores se revezaram para cobrar providências. **3**

### Senado poderá ter CPI para investigar Poder Judiciário

Com 27 assinaturas de apoio, o senador Alessandro Vieira protocolou ontem pedido para criar uma CPI destinada a investigar possíveis irregularidades do Poder Judiciário.

Se criada, a comissão deverá ser composta por dez senadores titulares e seis suplentes. O prazo previsto para o funcionamento é de 120 dias. **4**

### Guedes apresenta diretrizes da reforma previdenciária a Davi

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que está entusiasmado com as diretrizes da reforma da Previdência. Guedes foi à residência oficial da Presidência do Senado apresentar as principais mudanças no sistema previdenciário.

De acordo com o ministro,

a versão final do texto ainda depende de decisões do presidente da República, Jair Bolsonaro.

A reforma será discutida entre Davi e os líderes do Senado em reunião marcada para terça-feira. Também será debatida a pauta de votações e a distribuição de partidos nas 13 comissões permanentes da Casa. **2**



Marcos Brindley/Senado Federal

Davi, Rodrigo Pacheco e Paulo Guedes concedem entrevista após a reunião

### Sessão celebra associação de procuradores do Trabalho

Uma sessão especial celebrou ontem os 40 anos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Participantes defenderam o fortalecimento dos órgãos

de proteção dos direitos sociais. Um dos autores do pedido para a sessão, Paulo Paim disse que a associação atua contra desigualdades e a exploração do trabalhador. **2**

### Proposta permite hipoteca de imóvel em troca de pensão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que cria a hipoteca reversa de bem imóvel para idosos. O texto permite que o maior de 60

anos hipoteque seu imóvel em instituição financeira em troca de uma pensão vitalícia. Após a morte do idoso, a instituição será a proprietária do imóvel hipotecado. **4**

### Texto muda regra de apreensão em crime ambiental **4**

### Projeto prevê Dia Nacional da Música Caipira em julho **4**

## SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)

# Davi elogia diretrizes da reforma da Previdência

Ministro da Economia, Paulo Guedes, foi à residência oficial da Presidência do Senado apresentar os principais pontos da proposta que o governo encaminhará ao Congresso. Versão final não está pronta

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que está entusiasmado com as diretrizes da reforma da Previdência que será apresentada pelo governo. A afirmação foi feita ontem após encontro com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em que foram apresentados os principais pontos da reforma.

— Conversamos muito sobre a reforma que está sendo construída há muito tempo para apresentar para o Brasil. A experiência do ministro Paulo Guedes vem de muitos anos e com certeza o Parlamento, com serenidade, com tranquilidade e com confiança no país, vai discutir o que for encaminhado pelo governo federal.

Davi disse ter a convicção de que o texto combaterá privilégios e atenderá as pessoas que mais precisam. Para ele, a reforma dará ao Brasil condições de garantir a aposentadoria das gerações futuras.

De acordo com Davi, o Senado deverá acompanhar os debates sobre a reforma na



Paulo Guedes, Davi Alcolumbre e Rodrigo Pacheco debatem a reforma

Câmara para dar mais agilidade ao processo.

Sobre o texto que será encaminhado, o ministro Paulo Guedes afirmou que a função da equipe econômica é formular, mas a versão final depende de decisões do presidente Jair Bolsonaro, que ainda se recupera da cirurgia para a retirada da bolsa de colostomia.

— Ele ainda tem que definir algumas variáveis importantes, como o tempo de transição, as idades e se esse novo regime vem agora ou vem depois. É perfeitamente possível consertar esse regime que está aí e lançar as bases do novo regime

para, de novo, encaminhar ao Congresso para estabelecer essas novas bases — explicou.

## Líderes

Davi se reúne com líderes partidários na terça-feira para discutir a reforma da Previdência e definir a pauta de votações do Senado. Também devem debater a distribuição de partidos nas 13 comissões permanentes da Casa.

— Ainda há uma disputa em duas comissões. A gente vai construir com os líderes o acordo. E o MDB com certeza fica com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Procuradores do trabalho defendem direitos sociais

O fortalecimento dos órgãos de proteção dos direitos sociais foi defendido ontem em sessão especial que comemorou os 40 anos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O presidente da associação, Ângelo Fabiano Farias da Costa, disse que a ANPT tem hoje 960 associados. Entre as conquistas da categoria, ele destacou a independência do Ministério Público e a missão de defender direitos coletivos.

Para Izalci Lucas (PSDB-DF), a ANPT representa uma das mais destacadas carreiras da advocacia, atuando na defesa dos interesses da população no contexto das relações trabalhistas.



A sessão especial para celebrar a ANPT foi requerida por Paulo Paim

Um dos autores do requerimento para a sessão, Paulo Paim (PT-RS) destacou a atuação da ANPT e disse que a entidade estimula o debate contra as desigualdades, a exploração do trabalhador e o trabalho escravo.

— A ANPT desenvolve um dos mais belos trabalhos em defesa da cidadania, combate a discriminação dos trabalhadores em todas as áreas e o trabalho infantil e defende os direitos coletivos de toda a nossa gente.

## Eliziane Gama lembra trajetória no Maranhão até chegar ao Senado

Eliziane Gama (PPS-MA) agradeceu pelo reconhecimento no Maranhão e pela oportunidade de estar no Parlamento. Ela relembrou sua trajetória até chegar ao Senado e destacou a importância da educação.

— Eu nasci em uma cidadezinha no interior do estado do Maranhão. Uma das cidades mais pobres do Maranhão e, por que não di-

zer, do Brasil. Eu nasci numa casa de taipa. A minha família não tem nenhum político, e eu chegar a esta Casa não é outra coisa, senão fruto da graça divina, do reconhecimento do meu estado e de um sentimento grande que o Brasil está vivendo, de renovação política.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Telmário Mota quer resoluções para problemas da população mais pobre

Telmário Mota (Pros-RR) elencou problemas que, na avaliação dele, assolam o país em várias áreas e prejudicam principalmente a população mais pobre.

Segundo o senador, são 13 milhões de pessoas desempregadas, mais de 60 mil pessoas assassinadas por ano, 15 milhões de pessoas na extrema pobreza, 1 milhão de pessoas na fila do SUS e metade da população,

100 milhões de brasileiros, sem acesso a saneamento.

— O que devemos buscar atender primeiro? Os bancos ou as crianças? As financeiras que vendem planos de previdência ou idosos? Eu confio que esta Casa saberá atender sua missão constitucional de zelar pelos interesses nacionais.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Chico Rodrigues prega união dos Poderes pelo desenvolvimento do Brasil

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu a união entre parlamentares e do Congresso Nacional com os demais Poderes para a retomada do desenvolvimento do Brasil. Ele agradeceu aos eleitores roraimenses e destacou o comprometimento e a experiência dos seus pares para enfrentar os principais desafios que se apresentam ao Legislativo.

O senador citou como principais desafios do país a melhoria em segurança, educação de qualidade, mais investimentos e geração de emprego. Chico Rodrigues defendeu também o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente.



Gerardo Magela/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Brumadinho domina primeira sessão de 2019

Senadores se pronunciaram em Plenário sobre o rompimento da barragem na cidade mineira e pediram a criação da CPI para investigar a responsabilidade da Vale no desastre

O ROMPIMENTO DA barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG) dominou os debates na primeira sessão ordinária de 2019. Os senadores defenderam, em Plenário, a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas da tragédia ocorrida em 25 de janeiro, que, segundo os últimos números divulgados, matou 157 pessoas e deixou 182 desaparecidos.

O requerimento para a criação da CPI já conta com o número suficiente de assinaturas exigido pelo Regimento Interno (pelo menos um terço dos senadores ou 27 apoios).

Wellington Fagundes (PR-MT) criticou a postura da mineradora Vale. Para ele, a empresa “poderia ter tomado medidas e evitado o que aconteceu”.

O senador defendeu que a CPI investigue não apenas o rompimento da barragem, mas também a situação de risco em outras mineradoras e hidrelétricas.

— Precisamos realmente fazer uma CPI; vivem próximas a barragens. Temos muitas mineradoras subterrâneas, que é outro problema sério. Quando a gente vê acidentes como o que ocorreu agora, a gente vê que esse acidente foi causado exatamente pela economia: a economia de exportar a um custo menor, sem olhar a condição de vida da população. Nós queremos crescer, queremos valorizar as nossas empresas, mas precisamos que as empresas tenham responsabilidade social — afirmou.

Alessandro Vieira (PPS-SE) classificou o desastre em Brumadinho como “uma sequência de homicídios”. Ele

lembrou que e-mails trocados por funcionários da Vale dois dias antes da tragédia indicavam problemas em dados coletados pelos sensores responsáveis por monitorar a barragem. As mensagens foram identificadas pela Polícia Federal e, para Alessandro, podem reforçar indício de crime.

— O que se vai discutir é se

foi culposo ou doloso, mas foi homicídio porque os documentos e os depoimentos já apontam que a direção da Vale, em um determinado nível, já sabia dos problemas que existiam e não tomou providências. Então eu tenho certeza de que os órgãos de fiscalização, e a CPI que vai ser instaurada aqui vai colaborar também, vão chegar à

verdade dos fatos — ponderou o senador.

Paulo Paim (PT-RS) responsabilizou a “incontrolável ganância” dos dirigentes da Vale pelo rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana, este último ocorrido em 2015. O senador lembrou que a Vale era uma empresa estatal e foi privatizada em 1997.

— Temos aí tragédias com centenas de mortos, frutos dessa incontrolável ganância daqueles que compraram a Vale. Estudos apontam hoje que existem 45 barragens com potencial de rompimento. Quantos mais precisarão morrer para que se entenda que a vida é o centro do universo? — indagou.



Ricardo Schubert/Fotos Públicas

Os últimos dados indicam 157 mortos e 182 desaparecidos na tragédia

## Fiscalização

Eliziane Gama (PPS-MA) seguiu a mesma linha de argumentação. De acordo com ela, o desastre em Brumadinho foi “um crime anunciado”. A senadora lembrou que, no fim do ano passado, a Vale obteve uma licença para ampliar por dez anos as atividades do complexo Paraopeba, rio da região em cuja bacia a barragem se rompeu.

— Temos uma licença dada à Vale para ampliar seus serviços dentro de uma barragem que já deveria ser eliminada. Mesmo assim, ela conseguiu novas liberações. Ou seja, a flexibilização da política ambiental era um balão de ensaio apresentado para ser realmente constatado. Eu quero dizer aqui a todos que eu serei uma fiscal da política ambiental brasileira — afirmou.

## Requerimento de CPI para apurar desastre deve ser lido na terça-feira

Foi protocolado ontem o requerimento com 42 assinaturas para instalação da CPI de Brumadinho. Ele foi entregue à Secretaria-Geral da Mesa por Otto Alencar (PSD-BA) e Carlos Viana (PSD-MG) e deve ser lido em Plenário na terça-feira.

A expectativa é que a CPI seja instalada ainda neste mês. A informação foi confirmada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que também assinou o requerimento.

— Vamos investigar profundamente, a fim de evitar a impunidade, como aconteceu

com a tragédia em Mariana, em 2015 — declarou Otto.

A CPI tem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais. Os integrantes podem realizar diligências, convocar ministros, tomar depoimentos, inquirir testemunhas e requisitar informações. Segundo Otto, inicialmente deverão ser convocados os responsáveis pela fiscalização em todos os níveis e representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A Câmara dos Deputados também deve instalar uma

CPI para tratar da tragédia. Mas Otto Alencar disse que a CPI da Câmara não inviabiliza o trabalho que também será feito no Senado, já que “as duas Casas têm autonomia e independência”.

Para Carlos Viana, não é verdadeira a afirmação de diretores da Vale de que sirenes não soaram por terem sido levadas pela lama. Segundo o senador, o sistema é manual e fica localizado em Itabira (MG), a mais de 100 quilômetros de Brumadinho.

Conforme Viana, a barragem havia se deslocado 40 centímetros nos últimos

seis meses, e as empresas de monitoramento tinham a informação de que o problema era grave. Segundo ele, nove dias antes da tragédia havia ameaça e, no momento do rompimento, os responsáveis pelo monitoramento estavam almoçando.

— A CPI não pode se furtar em acompanhar a polícia, Ministério Público e Procuradoria-Geral da República e dar uma resposta à sociedade, por meio da legislação. A nossa intenção é mudar a lei brasileira para que novas tragédias como essa não aconteçam mais.

## Projeto sobre segurança de barragens será desarquivado

Projeto do ex-senador Ricardo Ferraço, que torna mais rigorosas as regras para segurança das barragens, voltará a ser analisado pelo Senado. O senador Elmano Férrer (Pode-PI) informou que conseguiu reunir 31 assinaturas, 4 além do mínimo exigido, para desarquivar a proposta. O pedido foi protocolado ontem. Fruto do trabalho na comissão que analisou a segurança das barragens, a proposta havia sido arquivada no fim do ano passado.

O PLS 224/2016 modifica a Lei 12.334, de 2010, estabelecendo novos critérios para a inclusão de represas

no âmbito das políticas para o setor. O texto torna mais rigorosa a fiscalização.

Para Elmano, os parlamentares, a sociedade e a imprensa não podem se voltar para a questão da segurança apenas em caso de desastres. Ele cobrou a atenção do governo federal, dos estados e das Agências de Mineração (AMN) e das Águas (ANA) com a situação das barragens.

— Quantos corpos ainda buscam lá à jusante da barragem de Brumadinho? Esse projeto, da mais alta importância, é um legado do ex-senador Ricardo Ferraço aqui nesta Casa.

## Styvenson propõe mudar lei sobre crimes ambientais

Styvenson Valentim (Pode-RN) propôs mudar a lei que trata dos crimes ambientais (Lei 9.605, de 1998) para prevenir desastres em localidades que abrigam barragens. Citando a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, ele também disse estar preocupado com a situação de risco em que se encontram barragens no Nordeste e, em especial, no Rio Grande do Norte.

— A nossa barragem não é de resíduo mineral, não é de resíduo de ferro ou cobre, mas está lá para água potável. E se chove e essa água se acumula, ela não retém [a água].



Genildo Magela/Agência Senado

## Leila defende investigação transparente

Leila Barros (PSB-DF) disse ser imprescindível uma investigação transparente e uma punição rigorosa aos responsáveis pelo rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG).

A senadora classificou o desastre como inaceitável, especialmente por ocorrer pouco mais de três anos depois da catástrofe em Mariana (MG), que matou 19 pessoas e destruiu o Rio Doce.

Para ela, é fundamental rever os critérios, e, por este motivo, anunciou um projeto que altera a Política Nacional de Segurança de Barragens.



Pedro França/Agência Senado

## Jorge Kajuru pede que fiscalização seja mais eficiente

Jorge Kajuru (PSB-GO) pediu uma fiscalização mais eficiente nas 73 barragens de contenção de rejeitos identificadas como de maior risco de rompimento. O senador afirmou que não aceita que se chame de desastre ambiental o que ocorreu em Brumadinho e que prefere chamá-lo de crime ambiental.

— Proponho uma fiscalização eficiente para que desastres que implicam irreparáveis perdas de vida não se repitam.

Kajuru defendeu uma investigação chamada “Lama Jato”. — Só ela pode evitar que o setor continue matando e degradando o meio ambiente.



Genildo Magela/Agência Senado

# Protocolado pedido de CPI para investigar Judiciário

Com 27 assinaturas, requerimento do senador Alessandro Vieira pede que a comissão de inquérito apure em 120 dias o exercício exacerbado das atribuições de membros de tribunais superiores

O SENADOR ALESSANDRO Vieira (PPS-SE) protocolou ontem requerimento com 27 assinaturas para criar uma CPI destinada a investigar possíveis irregularidades no Poder Judiciário.

— Nosso objetivo é abrir a caixa-preta desse Poder que segue intocado, o único que segue intocado na esfera da democracia brasileira. E só existe democracia quando a transparência chega a todos os lugares — afirmou em Plenário.

A intenção do parlamentar é investigar o uso abusivo de pedidos de vista ou expedientes processuais para retardar ou inviabilizar decisões de Plenário, o desrespeito ao princípio do colegiado, a diferença do tempo de tramitação de pedidos a depender do interessado, o excesso de decisões contraditórias para casos idênticos e a participação de ministros em atividades econômicas incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura.

O senador afirmou que



Pedro França/Agência Senado

Alessandro explica no Plenário os objetivos da comissão de inquérito

todos conhecem dezenas de casos de liminares monocráticas que permanecem por anos a fio. Além disso, acrescentou, os tribunais superiores viraram uma “espécie de loteria”, em que as decisões variam conforme o magistrado:

— Se o cidadão que vai apresentar uma ação é sorteado para o ministro X, ele tem uma decisão para um lado; se é para o ministro Y, é para o outro. O colegiado já decidiu o assunto e eles desrespeitam. Isso precisa ser resolvido. E,

para resolver isso, a gente precisa estudar, compreender e propor eventualmente uma lei — disse.

O pedido apresentado à Secretaria-Geral da Mesa requer a criação da comissão de inquérito para “investigar o exercício exacerbado de suas atribuições por parte de membros dos tribunais superiores”.

A comissão deve ser composta por 10 titulares e 6 suplentes, com prazo de 120 dias e limite orçamentário de R\$ 30 mil.

# Idoso poderá hipotecar imóvel em troca de pensão, prevê texto

Está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que cria a hipoteca reversa de coisa imóvel para idosos (PLS 52/2018). Do ex-senador Paulo Bauer, o projeto permite a instituição de contrato entre o maior de 60 anos, que seja proprietário de um bem imóvel, e uma instituição financeira. Essa instituição ficará obrigada a pagar uma quantia mensal vitalícia, sob a condição de se tornar, no futuro, proprietária do imóvel hipotecado.

Segundo o autor, o objetivo do projeto é aumentar a renda das pessoas mais carentes. Pelo texto, o imóvel objeto de hipoteca reversa não poderá ser negociado sem autorização expressa do devedor hipotecário reverso. Também não poderá ser alugado. O projeto ainda trata de regras para credores e devedores, além de prazos, carências e procedimentos.

Paulo Bauer explica que o contrato de hipoteca reversa estabelecerá um acordo vitalício entre o dono da casa e uma instituição financeira. Com base

no valor da propriedade e no cálculo da expectativa de vida do proprietário, seriam fixados o período de pagamento e o valor mensal até o fim de sua vida.

Pelo texto, o aposentado continuará morando na casa até morrer. Quando ocorrer o falecimento, a instituição financeira se tornará proprietária do imóvel, devendo levá-lo à venda em leilão para ressarcimento da quantia entregue ao beneficiário.

Na visão do senador, tanto o maior de 60 anos quanto a instituição financeira saem ganhando. O idoso ganha com o novo rendimento mensal que passa a receber e a instituição financeira também ganha com a expectativa de se tornar, no futuro, proprietária de um imóvel por um valor abaixo do de mercado.

Bauer acrescenta que a implementação da iniciativa poderá reduzir a carga psicológica sobre os idosos, que se submetem a viver seus últimos anos com uma pensão precária e cheios de dívidas com médicos, remédios e hospitais.

# Projeto proíbe destruição de bens apreendidos em crimes ambientais

Aguarda relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto do ex-senador Valdir Raupp que altera regras para destinação de bens apreendidos em crimes ambientais. Depois de passar pelo crivo da CMA, a proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PLS 361/2018) proíbe a destruição dos veículos utilizados na infração ou

crime ambiental e determina a destinação imediata de animais e bens perecíveis apreendidos, regulando também a destinação de demais bens e valores apreendidos. O veículo só poderá ser destruído quando for impossível deslocamento até depósito ou se implicar “riscos significativos ao meio ambiente, à segurança da população ou aos agentes públicos envolvidos na fiscalização”.

# Música e viola caipiras deverão ganhar dia nacional

O dia 13 de julho pode se tornar o Dia Nacional da Música e Viola Caipira. É o que propõe o Projeto de Lei 399/2019, que chegou ao Senado neste mês. A intenção do autor, deputado João Daniel (PT-SE), é fazer mais um resgate da história e da memória brasileira para a valorização da identidade nacional.

A data foi escolhida por ser o aniversário de Cornélio Pires, organizador e divulgador

da música caipira ao adaptá-la ao formato fonográfico e registrar os cantos que ouviu dos artistas populares caipiras em suas andanças pelo interior do país.

Pires foi jornalista, escritor, folclorista e importante etnógrafo da cultura caipira e do dialeto caipira. Nasceu em 1884, em Tietê (SP), e morreu na capital paulista em 1958. Publicou mais de 20 livros, nos quais procurou registrar o vocabulário, as músicas,

os termos e as expressões usadas pelos caipiras.

A importância de sua pesquisa começou a ser reconhecida nos meios acadêmicos no uso e nas citações que de sua obra fez o professor Antonio Candido, referência no estudo da sociedade e da cultura caipira, na Universidade de São Paulo (USP).

A proposta ainda precisa ser distribuída para análise das comissões permanentes do Senado.

# Impostos e preço dos insumos prejudicam produtor rural, diz Heinze

Os produtores rurais vivem com uma renda média de R\$ 6 mil brutos ao ano, informou Luis Carlos Heinze (PP-RS) em Plenário ontem.

Essa desvalorização é resultado do oligopólio no setor. Segundo Heinze, o número de empresas que vendem todo tipo de insumo é muito pequeno, não chegando a 50 em todo o país. Outro problema é a carga tributária que incide sobre a produção. Os impostos, disse ele, representam 30% do custo do saco de arroz, por exemplo, o que torna menos competitivo o produto nacional, principalmente com os advindos do Mercosul, mais baratos.



Genaldo Magela/Agência Senado

# Superação da crise passa por mais recursos para a educação, defende Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que o país enfrenta um dos maiores índices de desemprego da história. Para superar a crise, o investimento em educação é prioritário, destacou.

Segundo ele, não basta o governo dar bolsa para minorar as dificuldades das populações mais carentes.

— Você tem que dar a vara de pescar, e não o peixe. Os jovens precisam de oportunidade e não há outra solução que não seja educação de qualidade, em tempo integral, educação profissional. Os jovens precisam também de incentivo ao empreendedorismo.



Genaldo Magela/Agência Senado

# Wellington Fagundes afirma que mudanças vão modernizar o país

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que tem como propósitos lutar pelo desenvolvimento da logística do país, pela autonomia dos municípios, por melhores políticas para quem produz, seja no campo ou na cidade, e pela melhoria da saúde e da educação públicas.

Ele afirmou ainda que o Brasil precisa se modernizar e, para isso, são essenciais as reformas da Previdência social e do sistema tributário.

— É certo que enfrentaremos todas as reformas e adversidades com muito diálogo para que prevaleça o bem comum e o desejo do povo brasileiro.



Genaldo Magela/Agência Senado

# De acordo com Paim, reformas e privatizações não salvarão o Brasil

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem, em Plenário, que a reforma da Previdência e a privatização de estatais, prioridades do governo federal, não resolverão os problemas fiscais do país, como quer o mercado. Para ele, a Previdência Social, um direito dos brasileiros, está mal gerida e fiscalizada.

— Se a Previdência está quebrada, como podem querer abrir mão de contribuições sobre o lucro, faturamento, loterias, PIS-Cofins, jogos lotéricos, sobre a folha de pagamento? Isso representa 75% do que é arrecadado — disse o senador.



Genaldo Magela/Agência Senado